

Conversações em Pretória

A componente portuguesa

Por : **Alves Gomes**

Um alto dirigente do Partido Social Democrata de Portugal contactou por telefone, no passado dia 11, um dos cabecilhas dos bandidos armados, portador de passaporte português, convidando-o a deslocar-se de Pretória para Lisboa. A notícia saiu a público, levando o Ministério dos Negócios Estrangeiros português a emitir um

comunicado para desmentir que membros do Governo de Lisboa estivessem envolvidos em tais contactos e reafirmando, mais uma vez, que não tolerariam «actividades de organizações que ponham em causa as relações diplomáticas do nosso País com terceiros estados».

Naquilo que em Portugal foi visto como um «acto que poderá envenenar totalmente as relações entre Portugal e Moçambique», foi divulgada uma notícia que indicava que um dirigente social democrata português, «que ocupa uma posição de relevo no Governo», tinha contactado um dos cabecilhas dos bandidos armados, convidando-o a deslocar-se a Lisboa.

A revelação foi feita em Pretória à «Tempo», por pessoa que conhece desde há muito tempo os círculos dirigentes e simpatizantes das actividades dos bandidos armados na África do Sul. Segundo esta fonte, o telefonema foi confirmado a várias pessoas em Pretória, pelo «cabecilha» em questão que, inclusivamente, teria dado a conhecer o teor da sua conversa com o membro do Governo português a um alto funcionário do governo sul-africano.

O telefonema em questão, feito numa altura em que as conversações de Pretória tinham atingido um estágio avançado, levou os bandidos armados a abandonarem a mesa de trabalhos para, segundo afirmaram à nossa fonte, irem «obter em Portugal apoio para as exigências que estavam a fazer».

Aparentemente e segundo o relato feito à nossa fonte sobre o contacto telefónico entre Lisboa e Pretória do passado dia 11, o

destacado dirigente do governo português, fez questão em sublinhar que o encontro que propunha em Lisboa, deveria ter lugar antes que qualquer acordo fosse alcançado nas conversações de Pretória.

A proposta, que foi imediatamente aceite, teve lugar numa altura em que no seio da delegação dos bandidos armados que se encontra em Pretória, havia «mal estar, acusando-se os sul-africanos de estarem conluídos com (a delegação) de Jacinto Veloso». Ao mesmo tempo, havia queixas sobre o facto de «os membros do Governo de Moçambique não dirigirem palavra» aos bandidos armados.

Para os bandidos armados que então já haviam aceite que nas conversações de Pretória estavam a «haver progressos», as coisas alteraram-se profundamente, surgindo declarações, depois de um contacto feito em Lisboa, de que a «comissão (de Pretória) era inútil» e que já não regressariam à capital sul-africana.

Aparentemente, para o lado sul-africano, a intervenção portuguesa, que a nossa fonte não confirmou ter sido, ou não, feita em nome do Governo, foi tomada como um factor negativo para o compromisso que em 3 de Outubro passado assumiu de pôr fim

à violência e ao conflito no interior de Moçambique.

No entanto, e a tomar em consideração as declarações feitas na Europa e em Lisboa, pelos bandidos armados (a televisão portuguesa chegou a pôr no ar uma entrevista), o contacto telefónico veio alterar seguramente o curso das negociações dirigidas pela África do Sul.

É neste quadro que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul decidiu deslocar-se na sexta-feira, dia 12 a Lisboa, para ali contactar com o executivo português. Contudo, à última da hora, uma nota do Governo português fez saber a «Pik» Botha, que a sua pessoa não era bem-vinda.

Segundo nos afirmaram em Pretória, o Ministro sul-africano aproveitaria para na capital portuguesa contactar com Almeida Santos, Ministro português, e com Bullosa, um industrial com íntimas ligações aos bandidos armados. De Lisboa porém, foi-nos dito que necessariamente se colocava igualmente a hipótese de Botha ter um encontro com o Primeiro-Ministro Mário Soares, razão que teria levado ao cancelamento da sua visita, por ir «formalizar uma intervenção que era desconhecida dos centros de decisão do executivo português».

A partir do momento em que

estes factos se tornaram conhecidos, segundo nos afirmaram de Lisboa alguns jornalistas, o Governo português mostrou-se extremamente preocupado com as repercussões que poderiam ter nas suas relações com Moçambique. Com efeito, e depois de no passado sábado o jornal «Expresso» ter dado a conhecer os contactos até aí havidos, o artigo publicado pelo último «Domingo» em Maputo, recebeu enorme cobertura na imprensa portuguesa.

Para industriais portugueses que têm actividades económicas em Moçambique, bem assim como para o próprio Governo, o surgimento de factos comprovadores de uma ligação portuguesa aos bandidos armados, punha em causa toda a linha de actuação diplomática relativamente a Moçambique, conforme o indica o comunicado emitido pelo gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

No entanto e apesar do conteúdo desse comunicado, foi-nos novamente confirmado em Pretória o contacto telefónico havido entre o dirigente do PSD português e o cabecilha dos bandidos armados. Ao mesmo tempo, é de notar que na semana passada em Lisboa foram postas a circular listas entre retornados portugueses que viveram em Moçambique convidando não apenas essas pessoas a regressarem a Moçambique, como ainda garantindo que lhes seriam devolvidas as suas propriedades nacionalizadas e restabelecido o sistema de saúde privada.

As listas em questão, que surgiram após o convite feito para a deslocação a Lisboa do cabecilha dos bandidos armados (que ademais tem passaporte português e residência-escritório no bairro de Cascais perto de Lisboa) também coincidiram com uma entrevista na televisão portuguesa onde se afirmava que havia intenção de trazer os portugueses de volta para Moçambique.

Estes factores, que o Comunicado emitido na passada terça-feira em Lisboa pretende desmentir, juntam-se a toda uma actividade anterior e posterior à

assinatura do Acordo de Nkomati, cujo centro tem sido Lisboa.

Nos meios portugueses ligados a Moçambique, quer por simpatia política, quer devido a ligações comerciais e económicas, tais actividades estão comprovadas desde longa data por ameaças feitas em conferências de imprensa na capital portuguesa, por cidadãos portugueses que se afirmam dirigentes dos bandos armados, aos cooperantes a viverem em Moçambique.

Uma das figuras centrais em Portugal por detrás destas actividades que o Comunicado emitido pelo Gabinete de Jaime Gama afirma «não consentir nem tolerar», é a do industrial Bullosa, antigo proprietário da refinaria de Maputo. Esta personalidade que é proprietário de um editora em Lisboa, fazia constar os nomes de dois cabecilhas dos bandidos armados na administração da Livraria Bertrand, permitindo que uma das casas impressoras por si dirigida continue a editar panfletos dos bandidos armados (o último dos quais impresso em finais de Julho).

Para além de Bullosa, ainda na passada terça-feira de manhã, despachos das agências noticiosas estabelecidas em Lisboa, davam a conhecer que um novo porta-voz dos bandidos, também portador de passaporte português, assumia funções na capital portuguesa.

Por outro lado, pudemos confirmar na África do Sul que anteriormente a Nkomati, o exército sul-africano recebia de Lisboa pedidos de entrada no seu país de elementos militares portugueses através do representante dos bandidos armados sediado em Portugal.

Num dos casos, um Tenente-Coronel do exército português, ainda a exercer funções em Portugal, esteve não só na África do Sul, como ainda foi levado de helicóptero para a Província de Inhambane, onde esteve em Tome, a base que as FPLM destruíram em Outubro do ano passado.

Ao mesmo tempo, políticos independentes em Portugal não deixam de sublinhar que a actuação dos bandidos armados em Mo-

çambique «trouxe os mais sérios prejuízos para a economia portuguesa».

Por um lado, a paralisação das linhas de transporte de alta-tensão de Cahora Bassa custaram a Portugal prejuízos que ascenderam a mais de cem milhões de dólares. Apenas o ano passado, Portugal perdeu mais de um milhão de dólares por semana com aquele empreendimento.

Mas, ao mesmo tempo, não é de deixar de recordar que grandes empresas portuguesas como João Ferreira dos Santos, Textáfrica e Entrepasto, com largos interesses em Moçambique perderam grande número de bens com o consequente avolumar de prejuízos.

Sem que estejam feitos quaisquer cálculos, os prejuízos sofridos pela João Ferreira dos Santos na Província de Nampula, onde aquele grupo dominava a produção de algodão, comercialização e actividade agro-pecuária, elevam-se a muitos milhões de dólares. De acordo com uma pessoa que conhece bem as actividades do grupo em Moçambique «levará muitos anos à empresa para reconstruir e recuperar tudo quanto foi destruído, ou abandonado».

Para o grupo Entrepasto a actividade dos bandos armados provocou enormes prejuízos na utilização do pipe-line Beira/Mutare, de que é proprietário junto com o Estado moçambicano e o grupo inglês Lonrho. Por outro lado, esta empresa foi levada igualmente a suspender toda a sua exploração florestal, devido à destruição de algumas serrações na zona de Muanza — Inhanga e à ameaça contra as vidas dos seus técnicos.

Paralelamente à actuação de destruição, os bandidos armados têm feito ameaças telefónicas, a partir de Lisboa, contra estes e outros grupos económicos portugueses a operarem em Moçambique. Administradores portugueses com quem contactámos em Portugal em Julho, confirmaram que essas ameaças vão desde a

tentativa de obtenção de «somas fabulosas», até «ao aviso de que as vidas dos nossos empregados correm sérios riscos».

Para um jornalista português por nós contactado esta semana e conhecedor profundo das relações estatais luso-moçambicanas, o que se «está a passar em Portugal pode ser uma tentativa desesperada de certas personalidades políticas em fazerem reavivar o contencioso que Sá Carneiro

resolveu em 1980». Até então o Estado português e vários governos exigiam que em troca de uma cooperação normal com Moçambique, o Estado moçambicano pagasse a Portugal uma enorme soma pelos edifícios construídos em Moçambique e pelas propriedades nacionalizadas por abandono.

É contra este tipo de hipótese que o comunicado emitido esta semana em Lisboa cria algumas expectativas positivas, deixando

acreditar que, de uma vez por todas, o executivo português está disposto a tomar uma posição inequívoca. Mas, ao mesmo tempo, também subsiste a dúvida de esta não ser a primeira declaração com este tipo de conteúdo. Na prática as vidas e os interesses económicos de Portugal em Moçambique mantêm-se ainda debaixo de uma ameaça que também tem por origem Lisboa.

□
